

Relatório da administração

Senhores Acionistas: A Diretoria da Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, bem como o Parecer dos Auditores. Independentes. Barueri, 22 de agosto de 2013. **A Diretoria.**

Balancos patrimoniais

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
ATIVO		
Circulante	26.287	45.035
Disponibilidades	433	275
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	-	14.023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	14.023
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	1.517
Vinculados à prestação de garantias	-	1.517
Operações de arrendamento mercantil (nota 6)	1.911	229
Arrendamentos a receber - Setor privado	75.475	76.762
Rendas de arrendamentos a apropriar - Setor privado	(71.762)	(73.798)
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(1.802)	(2.735)
Outros créditos	23.861	28.890
Créditos tributários (nota 8)	20.361	25.144
Diversos (nota 7)	3.500	3.746
Outros valores e bens	82	101
Bens não de uso próprio	-	2
Despesas antecipadas	82	99
Não Circulante	289.747	286.660
Realizável a longo prazo	129.711	93.425
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	91.650	17.425
Aplicações em operações compromissadas	91.650	17.425
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	7.214	14.767
Carteira própria	6.280	14.409
Vinculados à prestação de garantias	934	358
Operações de arrendamento mercantil (nota 6)	165	39
Arrendamentos a receber - Setor privado	64.968	77.448
Rendas de arrendamentos a apropriar - Setor privado	(64.647)	(76.946)
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(156)	(463)
Outros créditos	30.682	61.194
Créditos tributários (nota 8)	6.692	6.381
Diversos (nota 7)	23.990	54.813
Permanente	160.036	193.235
Imobilizado de uso	74	85
Instalações, móveis e equipamentos de uso	321	321
Depreciações acumuladas	(247)	(236)
Imobilizado de arrendamento (nota 9)	145.827	178.091
Bens arrendados	267.017	270.019
Depreciações acumuladas	(76.947)	(73.835)
Insuficiência de depreciação	(44.243)	(18.093)
Diferido	14.135	15.059
Perdas em arrendamento a amortizar	67.528	60.698
Amortizações acumuladas	(53.393)	(45.639)
Total do ativo	316.034	331.695

	2013	2012
PASSIVO		
Circulante	30.083	62.487
Obrigações por repasses do país (nota 10)	-	475
FINAME	-	475
Outras obrigações	30.083	62.012
Sociais e Estatutárias	-	1
Fiscais e previdenciárias (nota 11)	7.222	35.879
Diversas (nota 12)	22.861	26.132
Não Circulante	7.172	16.681
Outras obrigações	7.172	16.681
Diversas (nota 12)	7.172	16.681
Patrimônio líquido (nota 14)	278.779	252.527
Capital social - Domiciliados no País	195.435	195.435
Reserva de Lucros	61.621	52.419
Ajustes de avaliação patrimonial	(9)	19
Lucros acumulados	21.732	4.654
Total do passivo	316.034	331.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	195.435	24.178	42.639	-	35	-	262.287
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	4.898	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(16)	-	(16)
Destinações:							
Reserva legal (nota 14b)	-	244	-	-	-	(244)	-
Dividendos (nota 14e)	-	-	-	-	-	-	(14.642)
Saldos em 30 de junho de 2012	195.435	24.422	27.997	-	19	4.654	252.527
Saldos em 31 de dezembro de 2012	195.435	24.825	27.997	7.655	-	-	255.912
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	22.876	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Destinações:							
Reserva legal (nota 14b)	-	1.144	-	-	-	(1.144)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	195.435	25.969	27.997	7.655	(9)	21.732	278.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citibank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Leasing) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Leasing tem como objeto social exclusivo a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei nº 6.099 de 12 de setembro de 1974.

2 | Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Leasing em 22 de agosto de 2013.

3 | Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração dos resultados
É apurado pelo regime contábil de competência, segundo as Portarias do Ministério da Fazenda - MF nºs. 140/84 e 113/88, considerando:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, atualizadas monetariamente; e
- Os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do exercício. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;
- ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício; e
- iii. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando o custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equipararam.

e. Arrendamentos a receber
Os arrendamentos a receber estão demonstrados pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas como previsto nos contratos, e deduzidos pelo montante de rendas a apropriar de arrendamentos.

As operações de arrendamento mercantil tem seus resultados apurados de acordo com o vencimento das contraprestações. Adicionalmente, o prejuízo apurado ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo remanescente de vida útil do bem objeto de arrendamento.

Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a regulamentação do Banco Central do Brasil o ajuste financeiro da carteira de arrendamento foi calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante registrado na conta de insuficiência de depreciação acumulada, em 30 de junho de 2013, é de R\$ 44.243 (2012 - R\$ 18.093). O ajuste contabilizado gerou insuficiência no montante de R\$ 11.886 (2012 - R\$ 13.186) registrado em conta de resultado com operações de arrendamento mercantil.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

f. Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de arrendamento em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual de provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

Considerando exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após 180 dias contados a partir da classificação no rating H.

g. Permanente

i. Imobilizado de arrendamento - O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento incluí o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação descrita na nota 3e.

ii. Diferido - Composto por perdas em arrendamento apuradas na venda de bens arrendados diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens.

h. Redução do valor recuperável de ativo (Impairment)
O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.
- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009, que aprova a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

l. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

- No ajustamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido médio, calculado de acordo com a média histórica de pagamento dos processos encerrados nessa fase processual, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas.

Quando sentença em primeira instância, em sendo avaliada a perda como provável, será provisionado o "valor do risco de perda" estimado pela Administração. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca e matéria jurídica.

Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

- As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são qualificadas e provisionadas quando do reconhecimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

j. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda.

Introduzido pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Leasing adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Leasing deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo para os empregados atuais estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida à prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e estão registrados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

4 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2013			Total
	Entre 1 e 3 anos	Vencimento	Total	
Aplicações no mercado aberto				
Operações compromissadas - Posição bancada	91.650			91.650
Letras do Tesouro Nacional - LTN	91.650	-	-	91.650
Total	91.650			91.650

	2012			Total
	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	
Aplicações no mercado aberto				
Operações compromissadas - Posição bancada	10.318	7.107	17.425	34.850
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	9.518	7.107	16.625
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	800	-	800
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.023	-	-	14.023
Total	14.023	10.318	7.107	31.448

5 | Títulos e valores mobiliários

a. Títulos disponíveis para venda
Em 30 de junho de 2013 e 2012 o custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2013			Total
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	
Carteira própria	6.280	6.280	6.280	6.280
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.280	6.280	6.280	6.280
Vinculados à prestação de garantias	949	934	934	934
Letras do Tesouro Nacional - LTN	441	426	426	426
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	508	508	508	508
Total	7.229	7.214	7.214	7.214

	2012			Total
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	
Carteira própria	14.409	14.409	14.409	14.409
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	14.409	14.409	14.409	14.409
Vinculados à prestação de garantias	1.843	1.875	1.517	3.435
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.486	1.517	1.517	1.517
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	357	358		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

b. Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/12	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/13
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	5.187	-	(167)	5.020
Provisão para contingências fiscais e cíveis	4.832	42	(3.951)	923
Provisão para outros pagamentos	84	-	(32)	52
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	-	2	-	2
Total	10.103	44	(4.150)	5.997

	Saldo em 31/12/11	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/12
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	4.647	207	(69)	4.785
Provisão para contingências fiscais e cíveis	5.355	103	(117)	5.341
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	4	1	(5)	-
Total	10.006	311	(191)	10.126

c. Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2013	2012
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	4.183	4.182
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.537	-
Insuficiência de depreciação	11.061	-
Provisão para outros pagamentos	89	-
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	4	-
Total	16.874	4.182

	2013	2012
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	3.988	3.989
Provisão para contingências fiscais e cíveis	8.999	-
Insuficiência de depreciação	4.523	-
Total	17.410	3.989

d. Realização de crédito tributário de contribuição social

	2013	2012
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	2.510	2.510
Provisão para contingências fiscais e cíveis	923	-
Provisão para outros pagamentos	52	-
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	2	-
Total	3.487	2.510

	2013	2012
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	2.393	2.392
Provisão para contingências fiscais e cíveis	5.341	-
Total	7.734	2.392

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 24.180 (2012 - R\$ 28.863) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

9 | Imobilizado de arrendamento

	2013		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	204.505	(51.871)	152.634
Veículos	62.512	(25.076)	37.436
Total	267.017	(76.947)	190.070
Insuficiência de depreciação	-	(44.243)	(44.243)
Total	267.017	(121.190)	145.827

	2012		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	187.174	(43.884)	143.290
Veículos	82.845	(29.951)	52.894
Total	270.019	(73.835)	196.184
Insuficiência de depreciação	-	(18.093)	(18.093)
Total	270.019	(91.928)	178.091

O seguro do imobilizado de arrendamento é de responsabilidade do arrendatário, conforme estabelecido em cláusula contratual.

10 | Obrigações por repasses no país

A captação de recursos para repasse no mercado local no montante de R\$ 475, foi liquidada em 1º de abril de 2013.

11 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
	Circulante	Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	7.092	6.881
Impostos e contribuições a recolher	130	154
Provisão para riscos fiscais (nota 13)	-	28.844
Total	7.222	35.879

12 | Outras obrigações - Diversas

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 13)	6.146	-	6.750	-
Provisão para pagamentos a efetuar	395	-	1.014	-
Credores por antecipação de valor residual	16.232	7.172	18.065	16.681
Credores diversos	88	-	303	-
Total	22.861	7.172	26.132	16.681

13 | Passivos contingentes e obrigações legais

a. Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2013	2012
	Circulante	Circulante
Provisão para riscos fiscais (1)	-	28.844
Provisão para outros passivos contingentes - cíveis (2)	6.146	6.750
Total	6.146	35.594

(1) Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Leasing não tem constituída uma provisão para riscos fiscais no semestre findo em 30 de junho de 2013.

(2) CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) - (2012 - R\$ R\$ 28.844) - Trata-se de processo onde requeramos equiparação da Leasing às demais instituições financeiras no tocante à incidência da CPMF. Após trânsito em julgado com decisão judicial favorável e baixa do débito junto a Receita Federal do Brasil - RFB, a entidade reverteu o valor de R\$ 26.515 no semestre.

(3) A Leasing adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, e a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis em curso.

b. Movimentação das contingências

	2013					2012						
	Saldo em 31/12/12	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/13	Saldo em 31/12/11	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 30/06/12
Cíveis	5.869	440	(386)	(263)	486	6.146	7.608	341	(1.777)	578	6.750	6.750
Fiscais	26.337	-	(26.515)	-	178	-	28.094	-	-	750	28.844	28.844
Total	32.206	440	(26.901)	(263)	664	6.146	35.702	341	(1.777)	1.328	35.594	35.594

Contingências classificadas com riscos de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 56.892 (2012 - R\$ 49.561) e cíveis no montante de R\$ 99.676 (2012 - R\$ 141.663), compostos basicamente pelos seguintes casos:

- **ISS em operações de Leasing** - R\$ 53.444 (2012 - R\$ 49.561) - Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir créditos tributários de ISS sobre operações de arrendamento mercantil. Após posicionamento favorável do superior Tribunal de Justiça, aguarda-se análise de recursos de municípios.
- **Ações indenizatórias** - R\$ 63.370 (2012 - R\$ 54.356) - Questionamento de negativação junto ao órgão de proteção ao crédito.
- **Ações revisionais** - R\$ 36.306 (2012 - R\$ 40.154) - Questionamento de cláusulas estabelecidas em contrato.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da
Citibank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Leasing), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

14 | Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.521.813 ações ordinárias, sem valor nominal.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

No semestre findo em 30 de junho de 2013, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.144 (2012 - R\$ 244).

c. Reserva estatutária

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Leasing e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Leasing, estando limitada a 80% do seu capital social.

d. Reserva especial de lucros

A reserva especial de lucros no montante de R\$ 7.655 refere-se à reserva de dividendos constituída em 31 de dezembro de 2012.

e. Dividendos

Em 31 de maio de 2012 foram pagos dividendos ao Banco Citibank S.A. no montante de R\$ 14.642 utilizando-se do saldo decorrente de provisão constituída em reserva estatutária, deliberados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012.

15 | Outras despesas administrativas

	2013	2012
Despesas de aluguel	(35)	(33)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(5)	(6)
Despesas de propaganda e publicidade	(81)	(77)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(29)	(28)
Despesas de serviços de terceiros	(115)	(21)
Despesas de serviços técnicos especializados	(439)	(963)
Despesas de água, energia e gás	(1)	-
Despesas de processos cíveis	-	(693)
Despesas de contribuição sindical, conselhos e associações	(100)	(92)
Outras	(82)	(32)
Total	(887)	(1.945)

16 | Outras receitas/(despesas) operacionais

	2013	2012
Receitas		
Reversão de provisões operacionais (incluindo contingências) (nota 13)	26.901	1.336
Receitas de atualizações de depósitos judiciais	680	1.063
Outras	-	3
Total	27.581	2.402
Despesas		
Despesas com contingências	(1.104)	(4.566)
IPVA de bens arrendados	(266)	-
Outras	(17)	(53)
Total	(1.387)	(4.619)

17 | Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda

	2013	2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	38.139	8.183
(-) Participação estatutária no lucro	(32)	(27)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	38.107	8.156
Diferenças temporárias	(16.123)	14.002
Superveniência/Insuficiência de depreciação	11.264	13.186
Provisão para devedores duvidosos	(1.114)	923
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(26.060)	(26.060)
Provisão para outros pagamentos	(213)	-
Diferenças permanentes	-	19
Outras	-	19
Base de cálculo do imposto de renda	21.984	22.177
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(5.484)	(5.532)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(4.984)	(5.532)
Base tributável diferida	16.123	(14.002)
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda	(4.031)	3.500
Total da provisão diferida	(4.031)	3.500
Total do imposto de renda	(9.515)	(2.032)

b. Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social

	2013	2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	38.139	8.183
(-) Participação estatutária no lucro	(32)	(27)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	38.107	8.156
Diferenças temporárias	(27.387)	817
Provisão para devedores duvidosos	(1.114)	923
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(26.060)	(106)
Provisão para outros pagamentos	(213)	-
Diferenças permanentes	-	19
Outras	-	19
Base de cálculo da contribuição social	10.720	8.992
Alíquota de 15% para contribuição social	(1.608)	(1.349)
Provisão para contribuição social	(1.608)	(1.349)
Base tributável diferida	27.387	(817)
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	(4.108)	123
Total da provisão diferida	(4.108)	123
Total da contribuição social	(5.716)	(1.226)

18 | Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

Transações com partes relacionadas

	2013
Ativo/passivo	Controladora (1)
Disponibilidades	433
Aplicações em operações compromissadas	91.650
Títulos e valores mobiliários	6.280
Outros créditos	215
Receita/(despesa)	
Resultado com aplicações em operações compromissadas	2.782
Receitas com títulos e valores mobiliários	332
Total	2012
Transações com partes relacionadas	Controladora (1)
Ativo/passivo	
Disponibilidades	275
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.023
Aplicações em operações compromissadas	17.425
Títulos e valores mobiliários	14.409
Outros créditos	856
Receita/(despesa)	
Receitas com aplicações em depósitos interfinanceiros	680
Resultado com aplicações em operações compromissadas	1.348
Receitas com títulos e valores mobiliários	753
(1) Banco Citibank S.A.	

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a Leasing não remunerou os administradores. Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

19 | Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria complementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário e a Entidade contribui com 50% calculado sobre a participação de cada funcionário.

O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos.

Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

Plano de contribuição definida

É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria complementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário e a Entidade contribui com 50% calculado sobre a participação de cada funcionário.

O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione